



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO nº 020/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 032/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

DATA DA SESSÃO: 27/03/2026

HORÁRIO: 08h15min.

LOCAL: Portal de Compras Públicas: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

SETOR REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN. E PLANEJAMENTO.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a implantação de Sistema Integrado de Videomonitoramento e Vigilância Eletrônica (Projeto Olho Vivo), englobando o fornecimento de hardware (câmeras IP de alta definição, NVR e Storage), infraestrutura física e lógica (postes e rede óptica), serviços de instalação, configuração técnica, treinamento e garantia, com destino ao Distrito de Airões, Município de Paula Cândido/MG.

SUMÁRIO

1.	DO OBJETO.....	2
2.	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	2
3.	DO CREDENCIAMENTO.....	2
4.	DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.....	3
5.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
6.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	5
7.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	6
8.	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.....	10
9.	DA HABILITAÇÃO.....	12
10.	DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.....	16
11.	DOS RECURSOS.....	17
12.	DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	18
13.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	18
14.	DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.....	19
15.	DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.....	19
16.	DA REAJUSTAMENTO, REVISÃO E REEQUILÍBRIO DE PREÇOS.....	20
17.	DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.....	20
18.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.....	20
19.	DO PAGAMENTO.....	20
20.	DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	20
21.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	22
22.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	22
23.	DA RETIFICAÇÃO, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME.....	23
24.	DA PUBLICIDADE DO AVISO DE LICITAÇÃO E EXTRATOS.....	24
25.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	24



PROCESSO nº 032/2026 PREGÃO ELETRÔNICO nº 020/2026

A Prefeitura Municipal de Paula Cândido - MG, através de sua secretaria solicitante acima identificada e por intermédio do Setor de Licitações, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº 45 de 01 de abril de 2025, em exercício, Sra. **Edvânia Aparecida Camilo**, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar na forma eletrônica, na data e horário indicado acima a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, Conforme descrito no preâmbulo deste Edital e seus Anexos.

O Procedimento Licitatório será conduzido por Pregoeiro designado / certificado pela Portaria nº Portaria nº 45 de 01 de abril de 2025 e obedecerão às disposições e preceitos de direito público e, em especial, as disposições das legislações Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e de dos demais dispositivos legais vigentes e, ainda, ficará subordinado às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica indicada no preâmbulo deste instrumento. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Contratação de empresa especializada para a implantação de Sistema Integrado de Videomonitoramento e Vigilância Eletrônica (Projeto Olho Vivo)**, englobando o fornecimento de hardware (câmeras IP de alta definição, NVR e Storage), infraestrutura física e lógica (postes e rede óptica), serviços de instalação, configuração técnica, treinamento e garantia, com destino ao Distrito de Airões, Município de Paula Cândido/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **ITENS/LOTES**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em se tratando de **LOTE ÚNICO**, o fornecedor fica obrigado a cotar todos os itens que compõe o lote/objeto

1.4. O critério de julgamento adotado será de **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. Os recursos orçamentários para acobertar a eventual despesa oriunda da contratação, será alocada e indicada do orçamento em vigor do município, sendo aquela que consta no Termo de Referência.

3. DO CREDENCIAMENTO.



3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. O SICAF, embora vinculado ao ato convocatório para consulta, não constitui obrigatoriedade para concorrência no certame. No entanto, os que mantiverem seu cadastro e documentos atualizados, serão dispensados de anexar documentos de Credenciamento e Habilitação exigidos que já constem no SICAF.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão disputar a licitação ou participar da execução do objeto direta ou indiretamente os enquadrados em qualquer das seguintes hipóteses:

4.3.1. impedido de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021

4.3.2. impedido de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002;

4.3.3. suspenso de participar de licitações e impedidos de contratar com o Município, nos termos do art. 87, III, da Lei n.º 8.666/1993;

4.3.4. declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021;

4.3.5. declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993;

4.3.6. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.7. Que não se dediquem ao objeto ora licitado, ou que a atividade social seja incompatível;

4.3.8. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.9. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.10. Que estejam submetidas à decretação de falência, concurso de credores, concordata



ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.11. Que esteja reunido em consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.3.12. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.13. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.14. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.1.3. Quando aplicável, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada / itens exclusivos, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, conforme concerne Art. 8º, § 2º do DF 8.538/2015.

4.4.1.4. Quando aplicável, ocorrendo o fato de a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas ocorrerá pelo menor preço (maior desconto), conforme concerne Art. 8º, § 3º do DF 8.538/2015.

4.4.1.5. As condições previstas nos itens **4.4.1.3** e **4.4.1.4** possuem parametrização previa no sistema e ocorrerão automaticamente, independente da intervenção do agente pregoeiro.

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. Que conhece todas as regras do edital e que cumpre os requisitos para a habilitação definidos e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não



emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital;

4.6. As declarações eletrônicas realizadas via sistema substituem as declarações formais por escrito, e são condições obrigatórias para habilitação.

4.7. As condições mencionadas nos subitens anteriores serão verificadas pelo Pregoeiro previamente à fase de habilitação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de cadastramento e envio de novas propostas.

5.1.1. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.1.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação, em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas pelo licitante vencedor, conforme previsto no Art. 63, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

5.1.3. A empresa que não possuir cadastro no SICAF, ou não possuir toda documentação atualizada, enviará por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2h (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta, e se enviada previamente, os documentos de habilitação, do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.



6.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.5.1. Caso o prazo de que trata o item **6.5**, não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

6.5.2. Em circunstâncias excepcionais, o órgão licitante poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade das propostas, não sendo admitida a introdução de quaisquer modificações nas mesmas.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.7. Após a abertura da sessão pública, não caberá desistência da proposta.

6.7.1. As propostas de preços são irrevogáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços e nas condições estabelecidas.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa** adotado, conforme previsto no preâmbulo deste instrumento.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu



último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **7.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna



própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aqueles previstos no Art. 60 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

7.27.1. Produzidos no país;

7.27.2. Produzidos por empresas brasileiras;

7.27.3. Produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.27.4. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27.5. Demais condições de desempate prevista no Art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



7.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.3.1. O pregoeiro no uso de suas faculdades previstas, poderá a qualquer tempo e com fundamento na [Súmula nº 262 do TCU](#), intimar o licitante vencedor a comprovar a exequibilidade da sua proposta, quando esta destoar muito dos critérios de avaliação mercadológico, a disposição do pregoeiro.

8.3.2. Intimado, o licitante deverá remeter ao pregoeiro e nas condições por ele aprazadas, as comprovações da exequibilidade de sua proposta, sob pena de perda do título de vencedor do certame ou dos itens/lotos por ele vencidos.

8.3.3. Havendo indícios de que os licitantes ofertaram valores irrisórios com propósito de retardar ou frustrar a competição, bem como o andamento do processo licitatório, estes estarão sujeitos as penalidades;

8.3.3.1. A instauração de processo punitivo disciplinar administrativo;

8.3.3.2. Comunicação dos fatos ao Ministério Público, para eventual deflagração de Inquérito Civil.

8.3.4. Não acudida a condição prevista no item **8.3.2.** o pregoeiro no uso de suas atribuições, convocará a segunda proposta mais bem classificada.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena



de não aceitação da proposta.

8.5.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **07 (sete) dias** úteis contados da solicitação.

8.5.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.5.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.5.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.5.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.5.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.5.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de **10 (dez) dias**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.5.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Não será aceito produto divergente do estabelecido no **Termo de Referência – ANEXO I** do Edital, sob pena de desclassificação da proposta. Nos casos de omissões de especificações na proposta será interpretado que o objeto ofertado atende as especificações solicitadas no Edital.



8.11. Será desclassificada a proposta que (art. 59 e incisos da Lei nº 14.133/21):

8.11.1. Não atenda as exigências do ato convocatório, em especial as exigências em relação ao produto/serviço exigido no T.R, contiver vícios insanáveis ou ilegalidades;

8.11.2. Esteja acima do valor unitário e total máximo aceitável orçado pela administração, mesmo após fase de lances/negociação;

8.11.3. Apresente qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, bem como preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes, e ainda financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

8.11.4. Apresente preço excessivo, observado o disposto no item **8.11.2.**

8.11.5. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação, conforme disposto no art. 59, III, da Lei 14.133/21, ressalvada das hipóteses previstas nos itens **8.2.1. e 8.3.1.**

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

9.1.1. Possuir Cadastro do Portal de Compras Públicas;

9.1.2. SICAF;

9.1.2.1. O SICAF poderá ser utilizado como base de dados para verificação das condições de habilitação, impedimentos e inscrição de penalidade.

9.1.2.2. O Fornecedor que possuir todos os documentos de habilitação em vigor no SICAF, poderá ser habilitado com base nestes.

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

9.1.5.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “**9.1.3**”, “**9.1.4**” e “**9.1.5**” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



9.1.6.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.6.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.6.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta ao SICAF pelo pregoeiro lograr êxito em obter documentos válidos e vigentes.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, sob pena de inabilitação.

9.3.1. Nos termos do Art. 64. da Lei nº 14.133/2021, e ressalvadas as disposições em contrário (§1º §2º do referido artigo), após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.3.1.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.3.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação, em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas pelo licitante vencedor, conforme previsto no Art. 63,



inciso II da Lei nº 14.133/2021.

9.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e não tenham sido anexados previamente, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2h (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10. Ressalvado o disposto no **item 5.1.1**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.11. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.11.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.11.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.11.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.11.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.11.9. Certidão Simplificada emitida pela respectiva Junta Comercial, ou Extrato do Simples Nacional onde demonstre a opção pelo Simples Nacional, ou documento equivalente, expedido por Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

9.12. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.12.1. CARTÃO CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12.2. Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;

9.12.3. Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários



Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br. Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.

9.12.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

9.12.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

9.12.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao), conforme Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

9.12.7. As certidões probatórias de regularidade e inexistência de débitos apresentadas deverão ser de cunho **negativo** ou **positivo com efeito de negativo**, e dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

9.12.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como **microempresa** ou **empresa de pequeno porte** deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.12.8.1. Será concedido à licitante vencedora, enquadrada no *caput* deste item, após a notificação à empresa por parte do Pregoeiro (a) através de meio eletrônico, via campo **"Diligência"** do sistema, **o prazo de 05 (cinco) dias** úteis, para a regularização das pendências e envio do documento atualizado exclusivamente via sistema, no campo próprio aberto pelo pregoeiro, com data e hora de término do encerramento do prazo de envio, prorrogáveis uma única vez, por igual período a critério do Pregoeiro (a) e, desde que solicitado, por escrito, pela licitante.

9.12.8.2. A não regularização da documentação e o consequente não envio pelo sistema no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, nos termos do § 5º do art. 90 da Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.13. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.13.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOCUMENTOS CORRELATOS.

9.14.1. A licitante deverá apresentar **Atestado de Capacidade Técnica, devidamente chancelado no respectivo conselho**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado e em nome de seu responsável técnico, que comprove a execução de serviços pertinentes e compatíveis em características com o objeto desta licitação, contemplando, no mínimo:

a) Implantação de sistema de videomonitoramento IP com câmeras de alta definição (mínimo 2MP);



- b) Execução de infraestrutura de rede externa em fibra óptica, incluindo fusões e conectorização;
- c) Configuração de software de gerenciamento de vídeo (VMS) com analíticos de inteligência artificial.

9.14.2. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de abertura do certame, **Responsável Técnico** de nível superior (Engenheiro Eletricista ou de Telecomunicações) ou técnico de nível médio devidamente habilitado, com registro vigente no **CREA ou CFT**, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço similar, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT).

9.14.2.1. A comprovação da disponibilidade do técnico se dará pelo cumprimento de uma das condições abaixo:

- a) Cópia da CPTS, atestando que o RT é colaborador da empresa.
- b) Contrato de Trabalho
- c) Vínculo societário, desde que o técnico seja sócio na empresa.
- d) Em se tratando de contratação futura, apresentar declaração de futura contratação ou pré-contrato, firmada pelas partes.

9.14.3. Certidão de registro da pessoa jurídica no respectivo Conselho Profissional (CREA ou CFT), em plena validade, para fins de comprovação do exercício legal da atividade de engenharia/eletrônica.

9.14.4. Certidão de registro da pessoa física (Em nome do responsável técnico) no respectivo Conselho Profissional (CREA ou CFT), em plena validade, para fins de comprovação do exercício legal da atividade de engenharia/eletrônica.

9.15. Os documentos comprobatórios deverão estar em pleno vigor.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. (**Modelo de Proposta – Anexo II**), e deverá ser;

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, inciso II da Lei nº 14.133/2021).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. Caberá ao pregoeiro decidir pela prorrogação do prazo a que se refere o item **10.1**, mediante justificativa devidamente fundamentada por fato superveniente manifestado pelo licitante.

10.8. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta ajustada, e/ou documentos complementares, na forma prevista nos itens **9.3** e **10.1**, será desclassificada/inabilitada, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital

11. DOS RECURSOS.

11.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos (Art. 40 IN nº 73/2022 SEGES), de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer de forma motivada e sucinta, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.1.1. A fase dupla de intenções de recursos será apreciada em fase única, após a habilitação.

11.1.2. As intenções de recurso são interpostas e analisadas por item/lote, cabendo ao licitante manifestar no item/lote ou nos itens/lotos de seu interesse em recorrer.

11.1.3. A fase dupla visa a organização das intenções por fase e razão de descontentamento:

11.1.3.1. 1º Fase – Após a fase de lances. Na primeira fase, o prazo de intenção de recurso visa abrir oportunidade para recorrer sobre ações e decisões exclusivamente sobre a fase de lances, análise das propostas, disputa de preços e/ou cancelamento/revogação de itens durante a sessão.

11.1.3.2. 2º Fase – Após a fase de habilitação. Na segunda fase o prazo de intenção de recurso visa abrir oportunidade para recorrer sobre ações e decisões exclusivamente sobre a fase de habilitação, acerca de habilitação e/ou inabilitação dos licitantes.

11.2. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



11.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.3.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.3.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3.3.1. Os recursos e eventuais contrarrazões deverão ser **encaminhados e anexados exclusivamente em campo próprio no sistema Portal de Compras Públicas** <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

11.3.4. O pregoeiro fará análise e julgamento dos méritos recursais no prazo de até cinco dias úteis, contados do findo prazo das contrarrazões, disponibilizando a peça fundamentada no sistema.

11.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital, bem como nos portais constitucionais, PNCP, Portal da Transparência e Portal de Compras Públicas.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. Toda convocação ou alteração de situação do certame gerará comunicado automático emitido pelo sistema, que replica por e-mail, e dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. Decorridas as fases de aceitação das propostas, habilitação, e exaurido os prazos de regularização e fase recursal e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo será encaminhado a autoridade competente, propondo a adjudicação e homologação.



14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

15.1. Após a homologação da licitação, **em sendo realizada a contratação**, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias** úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **03 (três) dias**, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.2.3. Tendo em vista os princípios da economicidade, celeridade e eficiência, o Termo de Contrato será assinado preferencialmente na forma digital, mediante o uso de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, ou mediante o Assinador on-line e gratuito disponibilizado pelo Governo Federal, o GOV.BR assinador.iti.br.

15.3. Não sendo realizada a contratação via termo contrato, compromisso será efetivado através da emissão da Nota de Empenho / Autorização de Fornecimento que, nas aquisições advindas do Sistema de Registro de Preços da terá força de contrato, conforme preceitua o Art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 15 do Decreto Municipal nº 1933/2023.

15.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.7. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante



durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DA REAJUSTAMENTO, REVISÃO E REEQUILÍBRIO DE PREÇOS.

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência em anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO.

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021 licitante/adjudicatário que:

20.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando convocado;

20.1.3. dar causa à inexecução parcial do contrato ou da Ata de RP;

20.1.4. dar causa à inexecução parcial do contrato ou da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.5. dar causa à inexecução total do contrato ou Ata de RP;

20.1.6. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.1.7. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.8. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.9. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.1.10. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

20.1.11. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou da Ata de RP;



- 20.1.12.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 20.1.13.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.1.14.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. O Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até três anos;

20.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados, pelo prazo de até 6 (seis) anos;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura de Paula Cândido poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021.

20.11. Nos termos dos Artigos 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021, do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

20.12. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município, SICAF, CEIS, e CNEP, as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

20.13. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto



contratual.

20.13.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- 20.13.1.1. PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- 20.13.1.2. PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- 20.13.1.3. PRÁTICA CONLUIADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- 20.13.1.4. PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- 20.13.1.5. PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

20.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no CEIS/CNEP.

20.16. As sanções por atos praticados no decorrer da execução/contratação do objeto estão previstas no Termo de Referência.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.

21.1. Por se tratar de licitação não executada sob o regime de registro de preços, o CADASTRO RESERVA não se aplica ao objeto em tela.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação deverá ser realizada exclusivamente na forma eletrônica e via sistema em campo específico, no www.portaldecompraspublicas.com.br.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **03 (três) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.



22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se resultarem em alteração do ato convocatório, conforme previsto no §1º do Art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.9. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.10. Não serão reconhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

22.11. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22.12. As petições de esclarecimentos e impugnação remetidas por outros meios que não os previstos neste caput, não serão alvo de análise, cabendo a licitante a observância dos requisitos aqui previstos.

23. DA RETIFICAÇÃO, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

23.1. A autoridade competente para adjudicar e homologar o procedimento licitatório poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

23.2. A revogação poderá ocorrer por despacho fundamentado pelo Pregoeiro, em momento anterior até dois dias que anteceda a data designada para hasta pública, nas hipóteses;

23.2.1. Para reprogramação do calendário de licitações;

23.2.2. Quando houver vício insanável;

23.2.3. Quando houver acolhimento de impugnação, e a complexidade demandar mais tempo do que o previsto para análise e parecer;

23.2.3.1. Nesta hipótese, também é cabível a suspensão do certame.

23.2.4. Por motivo de fortuito ou fato superveniente devidamente justificado.

23.3. Ocorrendo a Revogação / Anulação em momento anterior a homologação/assinatura de contrato/Ata de RP, não caberá aos licitantes direito à indenização de nenhuma espécie.

23.4. Ocorrendo a Revogação / Anulação em momento superior a homologação/assinatura de contrato/Ata de RP, será devido ao licitante a remuneração pelo bem ou serviço efetivamente entregue/executado, em sua totalidade ou fração.

23.5. A retificação do instrumento convocatório poderá ocorrer nas hipóteses;

23.5.1. Acolhimento tempestivo de impugnação;

23.5.2. Exercício do princípio da autotutela;



23.5.3. Por motivo de fortuito ou fato superveniente devidamente justificado;

23.5.4. Para reprogramação do calendário de licitações;

23.6. Havendo a retificação, a administração promoverá a publicidade do ato, e disponibilizará de imediato, o ato convocatório consolidado, ou mediante documento de alteração, que fará parte integrante do edital e dos autos.

23.7. As modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

24. DA PUBLICIDADE DO AVISO DE LICITAÇÃO E EXTRATOS

24.1. Os editais elaborados por esta instituição, e os atos dele decorrentes, serão divulgados;
24.1.1. No diário oficial da [União – DOU](#), quando os recursos forem oriundos de convênios com a União.

24.1.2. No diário oficial do estado – [DOE – IOF/MG](#), quando os recursos forem oriundos de convênios com o Governo do Estado de Minas Gerais.

24.1.3. No [Diário oficial eletrônico dos Municípios Mineiros](#), quando os recursos forem oriundos ou predominantemente do tesouro municipal.

24.2. Os dados acerca do processo de contratação serão divulgados ainda, nos portais oficiais; Portal de Compras Públicas, PNCP e Portal da Transparência.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. As Empresas interessadas deverão examinar cuidadosamente o presente Edital e seus anexos, bem como ter pleno conhecimento da legislação pertinente, pois alegações de desconhecimento das suas disposições não serão aceitas para justificar eventuais divergências ou erros existentes em seus documentos de habilitação ou na proposta.

25.2. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.

25.3. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.7. A homologação do resultado desta licitação será analisada com base no princípio da conveniência e oportunidade, e na hipótese da mesma ser efetivada, não implicará direito à contratação.

25.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas



propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.12. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.12.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

25.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos <http://paulacandido.mg.gov.br>, no <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço da sede da Prefeitura Municipal, sito ao local indicado no preâmbulo deste edital, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.15. A participação do licitante na hasta pública, implica a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes do presente Edital e dos seus Anexos.

25.16. Não será permitido nenhum tipo de questionamento referente ao objeto, durante a sessão de pregão, oportunidade em que deverão ser respeitadas as etapas de solicitação de esclarecimentos e interposição de impugnação contra o ato convocatório, conforme disciplina os Artigo nº 164 da Lei nº 14.133/2021.

25.17. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro de Viçosa / MG.

25.18. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo (a) Pregoeiro (a) ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com o objeto do pregão e observadas à legislação.

25.19. Os casos omissos serão saneados pelas disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, Termo de Referência, Decretos de regulamentação dos dispositivos, entendimentos e pacificações dos órgãos de fiscalização controle, TCE e MP.

25.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.20.1. ANEXO I – Termo de Referência.

25.20.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços.

25.20.3. ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato;

Paula Cândido, 11 de março de 2026.

Everaldo Roberto da Conceição
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Paula Cândido



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada para a implantação de Sistema Integrado de Videomonitoramento e Vigilância Eletrônica (Projeto Olho Vivo), compreendendo o fornecimento de hardware de alta definição (tecnologia IP), infraestrutura de rede lógica e física (óptica), central de gerenciamento de vídeo com suporte a inteligência artificial, além dos serviços de instalação, configuração, treinamento operacional e garantia técnica, destinados à Comunidade de Airões, Município de Paula Cândido/MG, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento e seus anexos.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A necessidade de contratação fundamenta-se na imperiosidade de garantir a segurança pública no Distrito de Airões, localidade rural que abriga comunidades tradicionais quilombolas e que tem registrado aumento na percepção de insegurança e ocorrência de ilícitos.

2.1.2. A solução tecnológica proposta visa otimizar o emprego do capital humano das forças de segurança, permitindo o monitoramento ubíquo de áreas geográficas extensas, servindo como ferramenta de prevenção criminal e auxílio à investigação judiciária.

2.1.3. O fundamento legal desta justificativa repousa no art. 18, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.2. DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

2.2.1. Estima-se que o ciclo de vida útil econômica dos equipamentos eletrônicos (câmeras, gravadores e discos rígidos) seja de **5 (cinco) a 7 (sete) anos**, considerando a operação ininterrupta em regime 24/7. Após este período, a obsolescência tecnológica e o desgaste físico de componentes internos tornam a manutenção onerosa em comparação à substituição.

2.2.2. A infraestrutura passiva (postes de aço galvanizado e cabeamento óptico) possui vida útil estimada em **15 (quinze) anos**, desde que submetida às manutenções preventivas descritas neste TR.

2.2.3. Tal estimativa cumpre o dever de planejamento contido no art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

3. DO ENQUADRAMENTO NA NATUREZA DE BENS/SERVIÇOS COMUNS

3.1. Os bens e serviços objeto deste TR são classificados como **bens e serviços comuns**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (tecnologia IP, resolução 2MP, compressão H.265+).

3.2. Declara-se, para os fins do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, que os itens **não se enquadram como bens de luxo**, sendo equipamentos estritamente necessários para a execução de política de segurança pública, possuindo características de desempenho voltadas à finalidade pública sem ostentação.

4. DO CONTROLE, FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO E MODELO DE GESTÃO

4.1. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO



4.1.1. O controle da execução será exercido através de mecanismos de **monitoramento procedimental**, visando garantir a fidedignidade da instalação aos catálogos técnicos apresentados na licitação. O controle será instrumentalizado por:

- a) **Checklist de Recebimento de Materiais:** Verificação imediata da integridade e marca dos equipamentos entregues no canteiro de obras em Airões;
- b) **Relatórios de Status Semanais:** Documento enviado pela contratada detalhando o progresso das instalações e intercorrências técnicas;
- c) **Inspeção Visual e Testes de Campo:** Verificação da verticalidade dos postes e estanqueidade dos quadros de comando.

4.2. DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

4.2.1. A execução contratual será acompanhada por **1 (um) Fiscal Técnico** e **1 (um) Gestor do Contrato**, formalmente designados por portaria, observada a **segregação de funções** prevista no art. 7º da NLLC.

4.2.2. Caberá ao Fiscal Técnico:

- a) **Anotar em registro próprio (Diário de Obra)** todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando as regularizações necessárias, conforme o art. 117, § 1º;
- b) **Rejeitar motivadamente** qualquer item que não atenda aos requisitos de Inteligência Artificial ou resolução óptica exigidos;
- c) **Atestar as faturas** somente após a comprovação técnica da funcionalidade da rede lógica.

4.3. DO MODELO DE GESTÃO

4.3.1. Adota-se o modelo de **Gestão Orientada por Resultados e Nível de Serviço (SLA - Service Level Agreement)**. O pagamento final está condicionado ao pleno funcionamento sistêmico ("chave na mão").

4.3.2. Ficam estabelecidas as seguintes métricas mínimas para aceitabilidade do sistema:

- a) **Disponibilidade (Uptime):** O sistema deve operar com taxa de 99% de disponibilidade no período de testes (15 dias após instalação);
- b) **Integridade Forense:** Ausência de perdas de pacotes (*frames*) nas gravações em HD 4K durante a fase de recebimento provisório;
- c) **Tempo de Resposta Técnica:** Em caso de falha instalatória, o suporte on-site deve ocorrer em até 48 horas úteis.

4.3.3. A gestão contratual pautar-se-á pelos princípios da eficiência e eficácia, cabendo ao gestor a aplicação imediata de glosas proporcionais caso os níveis de serviço acordados não sejam atingidos no período de vigência técnica.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Incumbe à Contratada a estrita observância das obrigações listadas a seguir, assumindo integral responsabilidade técnica e jurídica pela execução do objeto contratado, nos termos do art. 115 e seguintes da Lei nº 14.133/2021:

5.1. Obrigações Técnicas de Implementação



5.1.1. Fornecer e instalar todos os itens em conformidade com as especificações técnicas detalhadas neste TR e no Estudo Técnico Preliminar, vedada a substituição de marcas homologadas sem autorização prévia por escrito da fiscalização.

5.1.2. Executar a **fusão e conectorização óptica** conforme padrões internacionais, garantindo a atenuação máxima de 0.3dB por conector, visando a integridade do tráfego de vídeo 4K.

5.1.3. Entregar, ao final da execução, a documentação "**As-Built**" completa, contendo o mapa dos pontos de monitoramento com coordenadas geográficas, o diagrama lógico de rede (VLANs e IPs) e os diagramas elétricos dos quadros de comando.

5.1.4. Ministrará capacitação técnica e operacional de, no mínimo, **8 (oito) horas** para a equipe da Prefeitura, abordando a operação do software de gerenciamento e procedimentos básicos de recuperação de imagens.

5.2. Obrigações de Segurança e Pessoal

5.2.1. Responsabilizar-se pelo fornecimento e fiscalização do uso de **EPIs (Equipamentos de Proteção Individual)** por seus colaboradores, especialmente para trabalhos em altura nos postes de 6 metros, observando rigorosamente as normas NR-10 e NR-35.

5.2.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra para representá-la na execução do contrato, facilitando a comunicação com a fiscalização municipal.

5.3. Obrigações de Conformidade Legal e Dados

5.3.1. Cumprir integralmente as diretrizes da **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018)** no que tange ao tratamento das imagens capturadas, garantindo que o acesso aos dados seja restrito a pessoal autorizado e sob protocolos de criptografia.

5.3.2. Apresentar, antes do início dos serviços, as devidas **ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica)** ou RRTs (Registro de Responsabilidade Técnica) relativas à instalação física e lógica, registradas nos conselhos de classe competentes (CREA/CFT).

5.4. Obrigações de Garantia e Sustentabilidade

5.4.1. Fornecer **Garantia Técnica Integral por 12 (doze) meses**, compreendendo a substituição de hardware defeituoso e correções de software sem qualquer ônus para o Município.

5.4.2. Efetuar a **Logística Reversa** de componentes eletrônicos ou baterias substituídas em campo, apresentando certificado de destinação ambientalmente correta em conformidade com a Lei nº 12.305/2010.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Incumbe ao Município de Paula Cândido, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, o cumprimento das seguintes obrigações para viabilizar a execução contratual, nos termos do art. 104 e seguintes da Lei nº 14.133/2021:

6.1. Gestão e Governança do Contrato

6.1.1. Designar formalmente, mediante ato administrativo, os agentes públicos responsáveis pela gestão e fiscalização da execução, garantindo-lhes o suporte necessário para o fiel exercício de suas atribuições.

6.1.2. Proporcionar à Contratada todas as informações necessárias, bem como as orientações técnicas e normativas que possam interferir na regularidade da implantação do sistema.

6.1.3. Comunicar imediatamente à Contratada qualquer alteração no projeto ou nas diretrizes de monitoramento que possam impactar o cronograma de execução ou os custos da solução.



6.2. Suporte Infraestrutural e Logístico

- 6.2.1. Disponibilizar os locais de instalação devidamente desimpedidos e garantir o livre acesso dos técnicos e veículos da Contratada aos pontos de monitoramento no Distrito de Airões.
- 6.2.2. Providenciar, junto às concessionárias de serviços públicos, os pontos de fornecimento de energia elétrica (padrão de entrada) e os links de conectividade de dados (fibra óptica/internet) necessários para a transmissão das imagens à central.
- 6.2.3. Assegurar as condições ambientais adequadas na Sala de Monitoramento (climatização e mobiliário) para a instalação dos racks, servidores e centrais de gravação.

6.3. Obrigações Financeiras e Legais

- 6.3.1. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução atestada do objeto, rigorosamente dentro dos prazos e condições pactuados neste TR.
- 6.3.2. Fiscalizar permanentemente a manutenção, por parte da Contratada, das condições de habilitação e qualificação exigidas no certame durante toda a vigência contratual.
- 6.3.3. Estabelecer, em conjunto com as forças de segurança, os protocolos de acesso e política de sigilo das imagens, em estrita observância à **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, assumindo a responsabilidade pela guarda final dos dados coletados.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A sistemática de faturamento e adimplemento financeiro observará o princípio da legalidade despesista e a segregação de funções, conforme os dispositivos abaixo elencados.

7.1. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO OBJETO

- 7.1.1. A aferição da execução contratual para fins de faturamento ocorrerá mediante a **Liquidação da Despesa**, processada após a verificação do integral adimplemento das obrigações, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.1.2. O faturamento será processado em **Etapas Únicas (Solução Global)**, após a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**, condicionado à comprovação de:

- a) **Conformidade Física:** Entrega e fixação de todos os itens constantes na Planilha de Quantitativos no Distrito de Airões;
- b) **Conformidade Lógica:** Teste de estresse do sistema atestando a ausência de perda de pacotes e gravação ininterrupta em resolução 1080p ou superior;
- c) **Conformidade Operacional:** Realização do treinamento da equipe municipal e entrega da documentação técnica "As-Built".

7.1.3. O Fiscal do Contrato terá o prazo de até **15 (quinze) dias** após a conclusão da instalação para emitir o Termo de Recebimento Provisório, período no qual o sistema operará em regime de homologação técnica.

7.2. DA FORMA DE PAGAMENTO E PRAZO

7.2.1. O Município efetuará o pagamento do valor integral contratado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da data de recepção da Nota Fiscal eletrônica devidamente atestada (liquidada) pela fiscalização técnica.



7.2.2. O pagamento observará rigorosamente a **ordem cronológica** de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos, conforme preceitua o art. 141 da NLLC.

7.2.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida com a descrição detalhada do objeto e indicação do número do contrato e da conta bancária da Contratada.

7.3. DO ATRASO NO PAGAMENTO

7.3.1. Eventuais atrasos de pagamento por culpa exclusiva da Administração ensejarão a correção monetária dos valores pela variação do índice **IPCA/IBGE pro rata die**, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% ao mês, visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

7.4. DA CESSÃO DE CRÉDITO

7.4.1. Admite-se a cessão de direitos de crédito decorrentes da contratação, desde que precedida de autorização expressa do Município e mediante formalização por termo aditivo ou apostilamento, preservando-se a responsabilidade da Contratada pela execução integral do sistema Olho Vivo.

8. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REVISÃO DOS PREÇOS E REAJUSTE

A manutenção da equação econômico-financeira estabelecida no momento da proposta é dever jurídico que visa resguardar o patrimônio do particular contra eventos extracontratuais e a defasagem inflacionária da moeda.

8.1. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro (Revisão)

8.1.1. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial (revisão) poderá ser pleiteado a qualquer tempo pela Contratada ou pelo Município, desde que demonstrada a ocorrência de fatos supervenientes à apresentação da proposta, enquadrados como:

- a) **Fatos da Administração ou Fatos do Príncipe:** Atos normativos ou determinações administrativas que impactem diretamente os custos de execução;
- b) **Teoria da Imprevisão:** Fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ajustada.

8.1.2. O pedido deverá ser instruído com **robusta memória de cálculo**, comparando a planilha original de custos com os novos valores praticados no mercado, devendo a Administração decidir de forma motivada conforme o art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Do Reajuste de Preços por Índice

8.2.1. Em observância ao princípio do planejamento e ao art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, caso o contrato ultrapasse o interregno de **12 (doze) meses** contados da data do orçamento-base ou da apresentação da proposta, os preços unitários remanescentes serão reajustados.

8.2.2. Adota-se como índice oficial para o reajustamento o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, apurado pelo IBGE, visando a preservação do valor real da contraprestação administrativa.

8.3. Da Atualização Financeira por Mora



8.3.1. Conforme entendimento consolidado pelo **TCE-MG** (Informativo nº 179), a Administração Pública tem o dever inarredável de atualizar monetariamente os valores pagos em atraso, independentemente de previsão expressa, visando evitar o enriquecimento sem causa do erário.

8.3.2. A atualização financeira dar-se-á pelo índice **IPCA/IBGE** *pro rata die*, incidindo sobre o valor principal da fatura não paga no prazo de 30 (trinta) dias.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações pactuadas, bem como a prática de atos ilícitos no curso da execução contratual, sujeitará a Contratada às sanções administrativas previstas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.1. Tipificação das Infrações e Regime Sancionatório

9.1.1. As infrações serão classificadas conforme a natureza e a gravidade da conduta, observando-se os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

9.1.2. Conforme o art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções:

- a) **Advertência:** Para infrações leves que não gerem prejuízo relevante à operação do sistema Olho Vivo;
- b) **Multa:** Poderá ser de natureza moratória (por atraso na execução) ou compensatória (por inexecução parcial ou total), variando de **0,5% a 30%** do valor do contrato;
- c) **Impedimento de licitar e contratar:** Pelo prazo de até 3 (três) anos, aplicada em casos de inexecução parcial que comprometa a segurança pública de Airões ou entrega de material em desacordo com a licitação;
- d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:** Pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, § 5º da NLLC.

9.2. Dos Critérios de Gradação e Aplicação

9.2.1. Na aplicação das sanções, a Administração Municipal considerará:

- a) A gravidade da infração e o prejuízo causado à sensação de segurança da comunidade quilombola de Airões;
- b) O caráter educativo da pena e a reincidência da Contratada;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes, nos termos do art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Da Defesa e da Jurisprudência

9.3.1. Nenhuma sanção será aplicada sem a concessão de prazo para **defesa prévia**, sendo de 15 (quinze) dias úteis para as sanções de impedimento e inidoneidade, conforme os ritos estabelecidos nos arts. 157 e 158 da NLLC.

9.3.2. Conforme entendimento do **Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.531/2011-Plenário)**, a aplicação de multas deve ser precedida de verificação de culpa ou dolo da empresa, não podendo a Administração agir de forma puramente objetiva sem analisar as intercorrências externas (como atrasos na entrega de energia por parte do Município).

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA



10.1. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado caso existam serviços de manutenção continuada vinculados, conforme arts. 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. O contrato será prorrogado de forma automática, caso os serviços não sejam concluídos dentro do período de vigência.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Admite-se a subcontratação parcial apenas para serviços de engenharia civil (escavação e concretagem de postes), permanecendo a contratada integralmente responsável perante o Município.

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admitida a fusão, cisão ou incorporação da contratada, desde que mantidas as condições de habilitação e a capacidade técnica, conforme art. 137, § 2º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A definição do cronograma executivo visa conciliar a urgência da segurança pública no Distrito de Airões com o rigor técnico necessário à estabilidade da rede óptica e lógica, nos termos do planejamento administrativo.

13.1. Da Contagem e Início do Prazo

13.1.1. O prazo para a execução integral do objeto, compreendendo a instalação física, configuração sistêmica e treinamento operacional, será de **60 (sessenta) dias corridos**.

13.1.2. O termo inicial da contagem do prazo dar-se-á no primeiro dia útil subsequente ao recebimento, por parte da Contratada, da **Ordem de Serviço (OS)** ou instrumento equivalente emitido pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

13.2. Da Suspensão e Prorrogação do Cronograma

13.2.1. Em observância ao art. 115, § 5º da Lei nº 14.133/2021, em caso de impedimento por força maior (como intempéries climáticas severas que impeçam o trabalho em altura) ou ordem expressa de suspensão pela Administração, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente ao evento perturbador.

13.2.2. A paralisação deverá ser formalmente comunicada e anotada no registro próprio (Diário de Obra) pelo Fiscal do Contrato, devendo as circunstâncias ser ratificadas mediante simples apostila contratual.

13.3. Da Mora na Execução

13.3.1. A não conclusão do objeto dentro do período firmado, quando decorrente de negligência, imperícia ou culpa exclusiva da Contratada, ensejará a sua constituição em mora, independentemente de notificação judicial.

13.3.2. Conforme o parágrafo único do art. 111 da NLLC, se a não conclusão não decorrer de culpa do contratado, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado para viabilizar a entrega técnica da solução.

14. DA PLANILHA DE QUANTITATIVOS



A definição dos quantitativos e das especificações técnicas detalhadas abaixo consubstancia o planejamento econômico-financeiro da contratação, pautado pelo levantamento de campo realizado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), visando a seleção da proposta mais vantajosa, conforme o art. 18, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

LOTE/GRUPO (G1)

Item	Cód.	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
1	17266	Anel Guia AGFE: Tipo "diamante" ou galvanizado, para passagens de cabos em postes, fixação por fita de aço, sem arestas cortantes.	UN	70	2.80	196,00
2	17253	Cabo de Rede CAT 5e Blindado: Condutores 100% cobre eletrolítico (não CCA), blindagem em fita de alumínio (FTP), capa externa em polietileno resistente a intempéries.	UN	90	5.83	524,70
3	17260	Cabo HDMI 10m: Versão 2.0 High Speed, suporte a 4K@60Hz, tripla blindagem, conectores banhados a ouro para máxima fidelidade de sinal.	UN	1	193,00	193,00
4	17268	Cabo Óptico Drop 1 FO: Fibra monomodo BLI (G.657.A1), autossustentado com membro de tração em aço, capa LSZH (baixa fumaça) e proteção UV.	UN	1500	4.50	6.750,00
5	17258	Câmera IP 2MP Full Color: Tecnologia de imagem colorida 24h, sensor de alta sensibilidade, lente 2.8mm, LED de luz branca inteligente, IP67 e WDR real.	UN	16	541.67	8.666,72
6	17263	Conector Rápido SC/APC: Tipo "Fast Connector", baixa perda por inserção (<0.3dB), polimento verde (APC), fixação mecânica de alta precisão.	UN	12	32,00	384,00
7	17254	Conector RJ45 CAT 5e Blindado: Corpo em policarbonato transparente, contatos com banho de ouro 50µm, revestimento metálico para continuidade da blindagem.	UN	70	3.80	266,00
8	17262	Conversor de Mídia Giga: Par (Lado A/B) Gigabit 1000 Mbps, fibra monomodo, tecnologia WDM (comunicação por uma fibra), conectores SC.	UN	5	392.67	1.963,35
9	17264	Esticador Cabo Drop: Material termoplástico virgem com proteção UV, gancho metálico em aço galvanizado, para ancoragem de cabos ópticos.	UN	70	5.83	408,10
10	17267	Fecho de Aço Inox 3/4: Tipo dentado para fita inox, aço inoxidável de alta resistência, garantindo travamento permanente sob tensão.	UN	30	3.80	114,00
11	17265	Fita de Aço Inox 3/4: Aço inoxidável série 430, alta resistência à corrosão e tração, bordas sem rebarbas para proteção do cabo.	UN	3	136.67	410,01
12	17270	HD 8TB Surveillance: Disco rígido específico para segurança eletrônica, operação 24/7, suporte a fluxo contínuo de dados (AllFrame) e interface SATA 6 Gb/s.	UN	1	3.483,33	3.483,33
13	17250	Kit de Fixação e Vedação: Parafusos em aço galvanizado, buchas de nylon S10/S12, abraçadeiras de nylon com proteção UV e selante de poliuretano para furos de fixação.	UN	200	1.23	246,00
14	17259	Nobreak 1440 VA: Gerenciável, suporte a expansão de baterias, onda senoidal interativa, indicado para servidores críticos e armazenamento.	UN	1	1.480,00	1.480,00
15	17257	Nobreak 700 VA STS: Tecnologia line-interactive, estabilizador interno, bateria selada (VRLA), proteção contra sobrecarga e descarga profunda.	UN	5	743.33	3.716,65
16	17251	NVR 16 Canais (Gerenciamento): Gravador de vídeo em rede, suporte a resolução 4K, compressão H.265+, inteligência artificial para busca forense e detecção de humanos/veículos.	UN	1	2.450,00	2.450,00
17	17269	Poste 6m Instalado: Aço galvanizado a fogo (NBR 6323), seção circular engastado, duto interno para fiação, incluindo escavação e concretagem.	UN	6	2.706,67	16.240,02
18	3226	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Serviço de Implantação: Instalação física, fusões/conectorização óptica, configuração de rede/NVR,	SERVIÇO	1	13.266,67	13.266,67



		fixação de postes e treinamento operacional.				
19	17249	Quadro de Comando Metálico: 50x40x20cm, chapa de aço carbono mínima #18, pintura eletrostática a pó resistente a UV, grau de proteção IP66, com placa de montagem e borracha de vedação.	UN	5	536.67	2.683,35
20	17252	Rack de Parede 12U: Estrutura soldada em aço, porta com visor em cristal temperado, fechadura com chave, laterais removíveis e plano de montagem padrão 19 polegadas.	UN	1	1.130,00	1.130,00
21	17261	Suporte Articulado TV: Reforçado, em aço, compatível com padrão VESA 400x400, com ajuste de inclinação (-15°/+5°) e rotação lateral.	UN	1	221.67	221,67
22	17256	Suporte Universal 1,00m: Braço extensor em aço galvanizado, diâmetro mínimo 1.1/4", com base de fixação quatro furos e pintura anticorrosiva.	UN	2	113.33	226,66
23	17255	Switch Gigabit PoE+: 5 portas 10/100/1000 Mbps, com 4 portas atendendo padrão IEEE 802.3at (30W por porta), proteção contra surtos de até 6kV.	UN	5	653.33	3.266,65
Total Geral ==>						68.286,88

Nota: O julgamento se dará por menor preço global, sendo vedado que os valores unitários sejam majorados ou permaneçam acima do preço referencial na fase de envio da proposta ajustada.

15. DA DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DOS SERVIÇOS

A prestação de serviços de implantação (Item 18 da planilha) compreende a entrega da solução em regime de funcionalidade plena ("chave na mão"), englobando engenharia física, lógica e operacional, em observância ao art. 6º, inciso XXIII, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021.

15.1. Da Engenharia de Infraestrutura e Instalação Física

15.1.1. A Contratada deverá realizar a instalação dos **postes metálicos de 6 metros**, garantindo fundação adequada com concreto e prumo vertical rigoroso, situando as câmeras a uma altura mínima de **5 (cinco) metros** para mitigar riscos de vandalismo e obstrução visual.

15.1.2. A fixação dos quadros de comando metálicos (IP66) deve ocorrer de forma estanque, com a utilização de eletrodutos galvanizados e prensa-cabos, impedindo a entrada de umidade e insetos que possam degradar os componentes eletrônicos.

15.1.3. O lançamento do **cabo óptico drop** deverá observar o raio de curvatura mínimo estabelecido pelo fabricante, utilizando anéis guia e esticadores termoplásticos com proteção UV para assegurar a longevidade da rede aérea rural.

15.2. Da Engenharia Óptica e Lógica

15.2.1. A **fusão e conectorização óptica** devem ser executadas por técnicos certificados, com aferição por Power Meter/OTDR, garantindo perda por inserção inferior a **0.3dB**, essencial para a estabilidade do fluxo de dados 4K/H.265+.

15.2.2. A configuração lógica deverá contemplar a criação de **VLANs (Virtual Local Area Networks)** segregadas para o tráfego de vídeo, visando a segurança cibernética e a otimização da largura de banda, impedindo interferências com outras redes administrativas do Município.

15.3. Da Inteligência Artificial e Analíticos de Vídeo



15.3.1. A Contratada deverá configurar a **IA nativa do NVR e das câmeras**, priorizando algoritmos de detecção de humanos e veículos, com ajuste de sensibilidade médio/alto para evitar falsos alarmes causados por animais de grande porte e vegetação típica do Distrito de Airões.

15.3.2. Deverão ser implementadas **cercas virtuais** e linhas de transposição em pontos críticos (entradas do distrito e corredores quilombolas), configurando alertas automáticos para a central em horários pré-definidos.

15.4. Do Treinamento e Capacitação Operacional

15.4.1. Ministrará treinamento de **8 (oito) horas**, abordando:

- a) Operação do VMS e busca forense;
- b) Procedimentos de backup e exportação de provas;
- c) Manutenção de primeiro nível (limpeza e reinicialização).

15.5. Da Documentação Técnica Final (As-Built)

15.5.1. Entrega do dossiê contendo:

- a) Mapa georreferenciado dos pontos;
- b) Tabela de endereçamento IP;
- c) Esquemas elétricos e certificação da rede óptica.

15.6. Do local de execução.

15.6.1. O local de execução do objeto será na localidade de Airões, informação que as licitantes detêm prévio conhecimento, e ao enviarem suas propostas, declaram possuir conhecimento ao local do objeto, não cabendo contestação posterior de nenhuma natureza.

15.6.2. As licitantes que desejarem visitar o local, é assegurado o direito a visita técnica guiada, cabendo em caso de interesse o agendamento junto a Secretaria de Infraestrutura e Obras.

16. DO BENEFÍCIO E TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP

A presente contratação observará o tratamento favorecido e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, visando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional e a ampliação da eficiência das políticas públicas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

16.1. Da Exclusividade para Participação de ME e EPP

16.1.1. Em estrito cumprimento ao disposto no **art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006**, esta licitação será realizada sob o regime de **exclusividade** para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

16.1.2. A justificativa para a reserva total da cota fundamenta-se no valor total estimado da solução (R\$ 68.286,88), o qual situa-se abaixo do patamar legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo imperativo o dever da Administração em fomentar a participação de pequenos negócios.

16.2. Dos Requisitos de Habilitação e Vedações



16.2.1. Para usufruir do regime de exclusividade, a licitante deverá declarar, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos de enquadramento previstos no art. 3º da LC nº 123/2006 e que não incorre em nenhuma das vedações do § 4º do referido artigo.

16.2.2. A regularidade fiscal e trabalhista das ME/EPP deverá ser comprovada na fase de habilitação, assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para a regularização de eventuais restrições, como condição para a assinatura do contrato.

17. DAS JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

17.1. A contratação dar-se-á em **Lote Único**. A justificativa reside na interdependência técnica entre hardware, infraestrutura e software. O parcelamento fragmentaria a responsabilidade técnica, gerando o risco de "jogo de empurra" entre fornecedores em caso de falha sistêmica, o que comprometeria a eficiência do sistema de segurança pública.

17.2. Tal decisão é amparada pela Súmula nº 247 do TCU (a contrario sensu) e pelo Acórdão nº 1.650/2020-Plenário.

18. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas para custear a execução do objeto desta licitação correrão por conta do crédito orçamentário constante das dotações orçamentárias disponíveis do exercício financeiro em vigor, conforme dotações abaixo:

- **Dotação:** 3.3.90.30.00.2.02.01.04.122.0002.2.0005
- **Fonte:** 1.500.000
- **Órgão:** Atividades da Secretaria de Administração

- **Dotação:** 3.3.90.39.00.2.02.01.04.122.0002.2.0005
- **Fonte:** 1.500.000
- **Órgão:** Atividades da Secretaria de Administração

19. DAS HIPÓTESES DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E/OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A garantia técnica visa salvaguardar o Município contra anomalias funcionais, assegurando a integridade e continuidade do Sistema Olho Vivo em Airões, nos termos do art. 92, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

19.1. Da Garantia dos Bens e Serviços

19.1.1. A Contratada deverá fornecer **Garantia Técnica Integral** de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo. Caso o fabricante ofereça prazo superior para itens específicos (ex: discos rígidos ou câmeras), prevalecerá o maior período.

19.1.2. A garantia abrange a substituição de componentes defeituosos, correção de falhas de software e ajustes de configuração, sem qualquer ônus de deslocamento ou mão de obra para o Município.

19.2. Da Assistência Técnica Corretiva (SLA)

19.2.1. Em caso de interrupção ou vício de funcionamento, o Município notificará a Contratada via canal oficial (e-mail ou sistema de chamados), estabelecendo-se os seguintes prazos de **Nível de Serviço (SLA)**:



- a) **Tempo de Resposta (Acesso Remoto):** Até **4 (quatro) horas** para diagnóstico preliminar e tentativa de resolução lógica;
- b) **Atendimento On-Site:** Até **24 (vinte e quatro) horas** para o deslocamento técnico ao Distrito de Airões, caso a falha exija intervenção física;
- c) **Solução Definitiva:** Até **48 (quarenta e oito) horas** úteis para a plena restauração do sistema.

19.2.2. Caso a reparação exija a retirada do equipamento para laboratório, a Contratada deverá instalar equipamento de **backup** com características similares ou superiores, impedindo a "janela cega" de monitoramento.

19.3. Da Manutenção Preventiva e Suporte

19.3.1. Durante o período de garantia, a Contratada executará **01 (uma) visita técnica preventiva semestral**, englobando:

- a) Limpeza física das cúpulas de proteção das câmeras;
- b) Teste de autonomia das baterias dos nobreaks;
- c) Verificação da integridade dos conectores e estanqueidade dos quadros IP66;
- d) Atualização de firmwares de segurança.

19.3.2. A Contratada é solidária aos vícios de qualidade, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, não se admitindo a exclusão de responsabilidade por mera alegação de falha do fabricante, conforme o **Acórdão 9.277/2021-TCU-2ª Câmara**.

20. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO

A fase de habilitação visa verificar a aptidão do licitante para assumir as obrigações contratuais, sendo regida pelo disposto nos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

20.1. Da Qualificação Técnico-Operacional e Profissional

20.1.1. A licitante deverá apresentar **Atestado de Capacidade Técnica, devidamente chancelado no respectivo conselho**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado e em nome de seu responsável técnico, que comprove a execução de serviços pertinentes e compatíveis em características com o objeto desta licitação, contemplando, no mínimo:

- a) Implantação de sistema de videomonitoramento IP com câmeras de alta definição (mínimo 2MP);
- b) Execução de infraestrutura de rede externa em fibra óptica, incluindo fusões e conectorização;
- c) Configuração de software de gerenciamento de vídeo (VMS) com analíticos de inteligência artificial.

20.1.2. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de abertura do certame, **Responsável Técnico** de nível superior (Engenheiro Eletricista ou de Telecomunicações) ou técnico de nível médio devidamente habilitado, com registro vigente no **CREA ou CFT**, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço similar, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT).

20.1.2.1. A comprovação da disponibilidade do técnico se dará pelo cumprimento de uma das condições abaixo:

- a) Cópia da CPTS, atestando que o RT é colaborador da empresa.
- b) Contrato de Trabalho
- c) Vínculo societário, desde que o técnico seja sócio na empresa.
- d) Em se tratando de contratação futura, apresentar declaração de futura contratação ou pré-contrato, firmada pelas partes.



20.1.3. Certidão de registro da pessoa jurídica no respectivo Conselho Profissional (CREA ou CFT), em plena validade, para fins de comprovação do exercício legal da atividade de engenharia/eletrônica.

20.1.4. Certidão de registro da pessoa física (Em nome do responsável técnico) no respectivo Conselho Profissional (CREA ou CFT), em plena validade, para fins de comprovação do exercício legal da atividade de engenharia/eletrônica.

20.2. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

20.2.1. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

20.2.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS);

20.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

20.3. Da Habilitação Econômico-Financeira

20.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

21. DA VINCULAÇÃO AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

21.1. Este TR é estritamente vinculado aos fundamentos técnicos e econômicos informados no Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado pela Secretaria de Administração, conforme determina o art. 18, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

22. DAS CONDIÇÕES GERAIS

22.1. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelas disposições do Edital de Licitação, por este Termo de Referência e seus anexos, e pela proposta vencedora, independentemente de transcrição.

22.2. A Prefeitura de Paula Cândido através da Secretaria Solicitante, reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer produto/serviço em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, sem prejuízo das sanções previstas.

22.3. Qualquer tolerância por parte da Prefeitura de Paula Cândido através da Secretaria Solicitante, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Prefeitura de Paula Cândido exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

22.4. A Contratada assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta à Prefeitura de Paula Cândido através da Secretaria Solicitante, produzidos em decorrência da execução do objeto da contratada, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao Tribunal o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

22.5. Os casos omissos serão saneados pelas disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, Termo de Referência, Decretos de regulamentação dos dispositivos, entendimentos e pacificações dos órgãos de fiscalização controle, TCE e MP.

22.6. Para dirimir eventuais litígios, fica eleito o foro da Comarca de Viçosa/MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**PAULA
CÂNDIDO**



APROVO o presente Termo de Referência cuja finalidade é subsidiar os licitantes de todas as informações necessárias à participação do certame, estando presentes os elementos necessários a identificação do objeto, seu custo e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

Equipe responsável pelo T.R

Paula Cândido/MG, 10 de Março de 2026.

Luana Matias Vieira

Secretaria Municipal de Adm. e Planej.
Secretaria Solicitante



PROCESSO nº 032/2026 PREGÃO ELETRÔNICO nº 020/2026

ANEXO II

(MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS)

Local e data

AO SETOR DE LICITAÇÃO / A/C PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

Declaramos aceitos os termos do edital **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2026**, e Apresentam-lhes nossa proposta para **Contratação de empresa especializada para a implantação de Sistema Integrado de Videomonitoramento e Vigilância Eletrônica (Projeto Olho Vivo)**, englobando o fornecimento de hardware (câmeras IP de alta definição, NVR e Storage), infraestrutura física e lógica (postes e rede óptica), serviços de instalação, configuração técnica, treinamento e garantia, com destino ao Distrito de Airões, Município de Paula Cândido/MG, conforme relação quantitativa especificada no ANEXO I do Edital.

- PREÇO:

RELACIONAR OS ITENS DO ANEXO I, NA ORDEM EM QUE SE APRESENTAM, INFORMANDO A DESCRIÇÃO, PREÇO UNITÁRIO E PREÇO TOTAL DE CADA ITEM, MARCA E MODELO EM CASO DE BENS, BEM COMO DEMAIS EXIGÊNCIAS DESTE EDITAL.

- O valor global da proposta é de **R\$**.....
- O prazo de validade da proposta é de **90 (noventa)** dias, contados a partir da data de julgamento da licitação.

Dados do responsável Legal para assinatura da Ata da RP/Termo de Contrato;

Nome:

CPF:

ID:

End:

Tel.:

E-mail:

Dados Bancários; **Banco**

Cod.

Ag.

CC.

Atenciosamente,

.....
Assinatura do Responsável Legal
CPF :

EMPRESA :CNPJ:.....
ENDEREÇO :
Tel.:E-mail.....



Nota: O Preenchimento das informações em vermelho são obrigatórias e essenciais para o estabelecimento da relação Administração – Fornecedor, após o julgamento.

PROCESSO nº 032/2026 PREGÃO ELETRÔNICO nº 020/2026

ANEXO III

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO nº ____/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 032/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 020/2026**

**TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO, QUE FAZEM ENTRE SI
O(A)..... E A EMPRESA**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO** por intermédio do(a) (órgão) contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado .., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo **PREFEITO MUNICIPAL**, Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 – Estatuto Federal de Licitações, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico supramencionado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Contratação de empresa especializada para a implantação de Sistema Integrado de Videomonitoramento e Vigilância Eletrônica (Projeto Olho Vivo)**, englobando o fornecimento de hardware (câmeras IP de alta definição, NVR e Storage), infraestrutura física e lógica (postes e rede óptica), serviços de instalação, configuração técnica, treinamento e garantia, com destino ao Distrito de Airões, Município de Paula Cândido/MG, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

Item	Cód.	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
1	17266	Anel Guia AGFE: Tipo "diamante" ou galvanizado, para passagens de cabos em postes, fixação por fita de aço, sem arestas cortantes.	UN	70		
2	17253	Cabo de Rede CAT 5e Blindado: Condutores 100% cobre eletrolítico (não CCA), blindagem em fita de alumínio (FTP), capa externa em polietileno resistente a intempéries.	UN	90		
3	17260	Cabo HDMI 10m: Versão 2.0 High Speed, suporte a 4K@60Hz, tripla	UN	1		



		blindagem, conectores banhados a ouro para máxima fidelidade de sinal.				
4	17268	Cabo Óptico Drop 1 FO: Fibra monomodo BLI (G.657.A1), autossustentado com membro de tração em aço, capa LSZH (baixa fumaça) e proteção UV.	UN	1500		
5	17258	Câmera IP 2MP Full Color: Tecnologia de imagem colorida 24h, sensor de alta sensibilidade, lente 2.8mm, LED de luz branca inteligente, IP67 e WDR real.	UN	16		
6	17263	Conector Rápido SC/APC: Tipo "Fast Connector", baixa perda por inserção (<0.3dB), polimento verde (APC), fixação mecânica de alta precisão.	UN	12		
7	17254	Conector RJ45 CAT 5e Blindado: Corpo em policarbonato transparente, contatos com banho de ouro 50µm, revestimento metálico para continuidade da blindagem.	UN	70		
8	17262	Conversor de Mídia Giga: Par (Lado A/B) Gigabit 1000 Mbps, fibra monomodo, tecnologia WDM (comunicação por uma fibra), conectores SC.	UN	5		
9	17264	Esticador Cabo Drop: Material termoplástico virgem com proteção UV, gancho metálico em aço galvanizado, para ancoragem de cabos ópticos.	UN	70		
10	17267	Fecho de Aço Inox 3/4: Tipo dentado para fita inox, aço inoxidável de alta resistência, garantindo travamento permanente sob tensão.	UN	30		
11	17265	Fita de Aço Inox 3/4: Aço inoxidável série 430, alta resistência à corrosão e tração, bordas sem rebarbas para proteção do cabo.	UN	3		
12	17270	HD 8TB Surveillance: Disco rígido específico para segurança eletrônica, operação 24/7, suporte a fluxo contínuo de dados (AllFrame) e interface SATA 6 Gb/s.	UN	1		
13	17250	Kit de Fixação e Vedação: Parafusos em aço galvanizado, buchas de nylon S10/S12, abraçadeiras de nylon com proteção UV e selante de poliuretano para furos de fixação.	UN	200		
14	17259	Nobreak 1440 VA: Gerenciável, suporte a expansão de baterias, onda senoidal interativa, indicado para servidores críticos e armazenamento.	UN	1		
15	17257	Nobreak 700 VA STS: Tecnologia line-interactive, estabilizador interno, bateria selada (VRLA), proteção contra sobrecarga e descarga profunda.	UN	5		
16	17251	NVR 16 Canais (Gerenciamento): Gravador de vídeo em rede, suporte a resolução 4K, compressão H.265+, inteligência artificial para busca forense e detecção de humanos/veículos.	UN	1		
17	17269	Poste 6m Instalado: Aço galvanizado a fogo (NBR 6323), seção circular engastado, duto interno para fiação, incluindo escavação e concretagem.	UN	6		
18	3226	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Serviço de Implantação: Instalação física, fusões/conectorização óptica, configuração de rede/NVR, fixação de postes e treinamento operacional.	SERVIÇO	1		
19	17249	Quadro de Comando Metálico: 50x40x20cm, chapa de aço carbono mínima #18, pintura eletrostática a pó resistente a UV, grau de proteção IP66, com placa de montagem e borracha de vedação.	UN	5		
20	17252	Rack de Parede 12U: Estrutura soldada em aço, porta com visor em cristal temperado, fechadura com chave, laterais removíveis e plano de montagem padrão 19 polegadas.	UN	1		
21	17261	Suporte Articulado TV: Reforçado, em aço, compatível com padrão VESA 400x400, com ajuste de inclinação (-15°/+5°) e rotação lateral.	UN	1		
22	17256	Suporte Universal 1,00m: Braço extensor em aço galvanizado, diâmetro mínimo 1.1/4", com base de fixação quatro furos e pintura anticorrosiva.	UN	2		
23	17255	Switch Gigabit PoE+: 5 portas 10/100/1000 Mbps, com 4 portas atendendo padrão IEEE 802.3at (30W por porta), proteção contra surtos de até 6kV.	UN	5		
Total Geral ==>						

1.4. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

1.5. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.6. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



- 1.6.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.6.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
- 1.6.3. A Proposta do Contratado;
- 1.6.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do Art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A possibilidade de prorrogação de que trata o item anterior é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo são aqueles que constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- **Dotação:** 3.3.90.30.00.2.02.01.04.122.0002.2.0005
- **Fonte:** 1.500.000
- **Órgão:** Atividades da Secretaria de Administração

- **Dotação:** 3.3.90.39.00.2.02.01.04.122.0002.2.0005
- **Fonte:** 1.500.000
- **Órgão:** Atividades da Secretaria de Administração

4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante simples apostilamento ou indicação via sistema de gestão.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.



CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por agente designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações e sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

- a) Advertência;
- b) Multas, nos percentuais previstos no termo de referência;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- e) Demais penalidades e condições previstas no Termo de referência.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Aplica-se a este contrato as normas contidas no Título IV, Artigos nº 155 à 163 da NLL nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:



- 12.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3.** Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

- 13.1.1.** caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 13.1.2.** interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos, aplicável ainda, as decisões e recomendação proferidas pelos Órgãos de Fiscalização e controle, TCE E MP.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16.2. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16.3. Para cumprimento da disposição contida nos Artigos nº 94 e 174 da NLL nº 14.133/2021, até a completa criação e implantação do PNCP, bem como a conclusão da integração entre sistemas para envio dos dados na íntegra, adota-se a recomendação do TCE-MG, processo nº 1104835, Tribunal Pleno – 6/10/2021, para cumprimento dos princípios da publicidade dos autos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**PAULA
CÂNDIDO**



17.1. É eleito o Foro da Comarca de Viçosa/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

....., de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-